

Artes Feministas

Artivismos



e Sul Global

Cláudia de Oliveira
Paula Guerra

Demonização e opressão do feminino na modernidade/colonialidade

O feminismo [...] me convocou
como memória, memória do corpo
feminino[Notari, 2021].

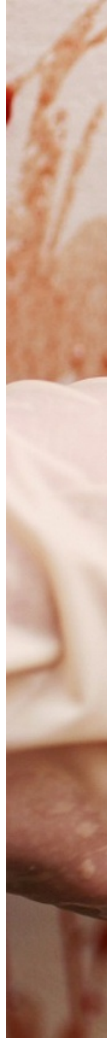




Fig. 43 Doutora Diva, Juliana Notari, 2006. Performance. Espécuro ginecológico, martelo, escopo e sangue de boi. Duração variável.
Fonte: Arquivo da artista

Como vimos, na instalação da colonialidade as administrações coloniais souberam se articular e negociar com o “mundo-aldeia”, segundo Segato [2018], uma vez que perceberam a existência das diferenças e hierarquias de gênero no novo ambiente. Negociavam e pactuavam com fratrias ameríndias, com os guerreiros e com os caciques, para obtenção de recursos e direitos [Segato, 2018]. Porém, à medida em que a colonialidade vai se consolidando através da beligerância e da captura do vencido, as hierarquias de gênero assentadas na masculinidade e feminilidade relacional ancestral são destruídas, dando lugar ao binarismo ocidental [Segato, 2018].

Se a raça captura o vencido e o imobiliza pelo fenótipo, o gênero imobiliza e impede a mulher através do corpo, pois ela fica aprisionada ao discurso opressor construído na longuíssima duração [Segato, 2018]. Desses dois processos de captura se constrói a tríade branco/homem/colonizador, auxiliada ainda pelo discurso religioso cristão, o qual, como vimos, sempre se esforçou em desenraizar da mulher “os vícios da alma feminina com a intenção primordial de atenuar-lhe a nocividade, de desarmá-la, de melhor proteger os homens” [Duby, 2013:50]. Instaladas nessa condição pelo Estado, as mulheres coloniais brancas, negras, indígenas ou mestiças, embora situadas em diferentes graus de opressão, tornam-se, como mulheres, objetos pornográficos aos olhos do colonizador. São vistas como estando imersas na luxúria e associadas a Eva, como demonstram as pesquisas da historiadora Mary Del Priore nos arquivos coloniais, publicadas na obra *A mulher na história do Brasil* [1984].

Anne MacClintock analisa o lugar das mulheres brancas pobres ou de elite na colonialidade, ressaltando que elas ocuparam posições bem distintas das posições de suas contrapartes masculinas no mundo colonial. Segundo MacClintock:

As mulheres coloniais também foram ambigualmente situadas dentro desse processo, barradas nos corredores do poder formal, experimentaram privilégios e as contradições sociais do imperialismo de maneira muito diferente dos homens coloniais. Fossem elas embarcadas como condenadas ou recrutadas para o serviço doméstico ou sexual, tivessem elas servido discretamente ao poder como esposas de oficiais coloniais, sustentando as fronteiras do império e gerando seus filhos e filhas, tivessem elas dirigido escolas missionárias ou trabalhado nas lojas ou lavouras de seus maridos, as mulheres coloniais não tomaram quaisquer decisões econômicas ou militares do império e muito poucas delas colheram seus enormes lucros. Leis de casamento, leis de propriedade, leis da terra e a intratável violência da decisão masculina as aprisionavam em padrões de gênero de desvantagem e frustração [...]. Ainda assim, os privilégios da raça com frequência colocavam as mulheres brancas em posição de poder e – ainda que emprestado – não só sobre as mulheres colonizadas, mas também sobre os homens colonizados. Como tais, as mulheres não brancas eram as infelizes passantes do império, mas as cúmplices ambíguas, tanto como colonizadoras, quanto como colonizadas, fossem passivas ou ativas [MacClintock, 2010:50].

Mary Del Priore detalha como as mulheres colonizadas, brancas pobres, escravas ou forras, de modos distintos, conseguiram sobreviver à opressão masculina. Para Del Priore, a hipocrisia do sistema normativo ao construir um modelo ideal de mulher para implementar com sucesso a família e a fé católica na colônia, de facto revela “quão distantes encontravam-se as mulatas e negras forras e as brancas empobrecidas, todas mulheres livres a lutar contra as dificuldades do cotidiano” [Del Priore, 1984:17]. Assim, diz ela, muitos historiadores, ao apresentarem as mulheres coloniais imersas na luxúria, somente reforçaram uma visão misógina sobre a mulher, que é a visão do branco colonizador.

Para essa historiadora, as prostitutas no Brasil colonial, assim como na Europa, foram de grande utilidade para a construção do seu oposto: a mulher pura, “identificada com a Virgem Maria e distanciada da sexualidade transgressora” [Del Priore, 1984:18]. As prostitutas no Brasil, aos olhos da Igreja, também eram as salvadoras dos casamentos, muito embora, como ressalta a historiadora, na colônia os limites entre comportamentos desviantes e prostituição fossem tênues [Del Priore, 1984:19]. As meretrizes do século XVIII eram vistas como perigosas porque criavam uma prole ilegítima, concebida fora do casamento e miscigenada, “contrariando a ‘pureza do sangue’, tão cara aos colonizadores” [Del Priore, 1984:20].

Na obra citada, Del Priore relata que em 1733, Minas Gerais, um grupo de negras prostitutas foi fortemente criticado por andarem “em cadeiras e serpentinas acompanhadas de escravos” e se atreverem “a entrar na Casa de Deus com vestidos ricos e pompas, totalmente alheias a sua condição [...] vestidos cortados nas oficinas do diabo” [Del Priore, 1984:20]. A

historiadora acrescenta que a primeira visitação do Santo Ofício, na Bahia, no século XVI, considerou tais práticas na colônia como heréticas [1984:22].

Del Priore sublinha o quadro de extrema pobreza em que se encontravam as negras forras e as brancas pobres, e explica que, por essa razão, era comum na colônia, pais, mães e maridos “consentirem na prostituição de suas filhas e esposas” [Del Priore, 1984:24]. As mulheres nessas condições também encontravam formas de sobrevivência através do concubinato. A união ilegal quebrava a amizade e a camaradagem entre as próprias mulheres, tornando-as inimigas umas das outras [Del Priore, 1984: 29]. Na devassa realizada na Bahia em 1813, 35,7% do total de acusações eram relativas a ligações consensuais, somando-se ao “ajuntamento”, e “amizade ilícita”, resultando num total de 44,5% das acusações [Del Priore, 1984:30]. Os maus tratos dos homens às mulheres, quando aqueles tinham concubina, degradavam as mulheres ainda mais. Muitas esposas recorriam aos padres e aos tribunais para denunciar os maus tratos dos maridos, por que o que existia “era o concubinato escondido atrás do biombo da perversidade” [Del Priore, 1984:33]. Para a historiadora, a luxúria não passava de uma alternativa de vida de uma sociedade que buscava adaptar-se a condições econômicas e a uma forma de conviver com essa condição [Del Priore, 1984:31]. Assim, “o matrimônio era o adestrador de corpos e normatizador de vontades. Seu papel era ‘criar família’ que zelasse pelos interesses do Estado Metropolitano Português e pela fé católica na Colônia” [Del Priore, 1984:33].

Vale acrescentar também que o envolvimento dos padres com mulheres era vultoso. Segundo Del Priore, havia uma sistemática violação do celibato clerical. “No Centro-Oeste”, conta a historiadora, “além de perseguirem mulheres e viverem maritalmente com concubinas, os padres corriam ávidos atrás do ouro das minas” [Del Priore, 1984:35]. A própria lenda da “mula sem cabeça” ilustra a “infração do pecado de tratar com homem de batina” [Del Priore, 1984:40]. Ela cita o folclorista Câmara Cascudo para explicar que a personagem folclórica, descrita como uma mula feroz, negra com uma cruz branca na crina, olhos de fogo e um fecho luminoso na ponta da cauda, seria a filha ilícita de um padre com sua concubina [Del Priore, 1984]. Ou seja, o próprio demônio.